

Auditoria adia julgamento

Acolhendo uma preliminar do advogado Evaristo de Moraes Fº o Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria do Exército decidiu, ontem adiar o julgamento de Lincoln Cordeiro Oest e Maurício Grabois, denunciados por atividades contrárias à segurança nacional.

O patrono dos dois civis pediu a palavra para afirmar que "a defesa se encontra cerceada", uma vez o livro "Guerra de Guerrilha", de Ernesto "Che" Guevara, que se encontra anexado ao processo não lhe foi mostrado para o devido exame.

Em resposta, o promotor Osris Josephson, disse que realmente havia esquecido o livro em seu gabinete, razão porque o advogado não o encontrou nos autos, nem tampouco no cartório da Auditoria de Guerra. Esclareceu perante o Conselho que o Ministério Público não teve a intenção de prejudicar a defesa e que obra do líder guerrilheiro latino americano era

do conhecimento do defensor de Maurício Grabois.

ACUSAÇÃO

Após a leitura da denúncia, o promotor começou a explicar a peça processual, afirmando que Maurício Grabois, Lincoln Oest, Otácilio José da Costa e Jacob Horovicz tentaram mudar a ordem política e social do País, no período anterior ao chamado movimento revolucionário de 31 de março de 1964.

Inicialmente foram eles enquadrados na Justiça Comum nas letras "a" e "c" do art. 11, da Lei nº 1.802/53 (antiga Lei de Segurança Nacional) sendo o processo, por força do Ato Institucional nº 2, transferido para a Justiça Militar, ocasião em que o promotor declassificou o enquadramento para o art. 2º-III do mesmo diploma legal. Nas razões finais, o promotor disse que os reus infringiram o primeiro dispositivo da Lei de Segurança.

Explicou, ainda, o sr. Osris Josephson que, por força

de "habeas-corpus", Otácilio da Costa e Jacob Horovicz, foram excluídos da denúncia. Quanto aos demais, disse que em setembro de 1961 eles (Grabois e Lincoln Oest) alugaram um escritório na Travessa do Ouvidor, com a finalidade de editar e distribuir livros comunistas como "Guerra de Guerrilha" de "Che" Guevara, "As Ligas Camponesas", de Francisco Julião e outros. No escritório, a Polícia apreendeu, ainda, outros materiais subversivos inclusive 13 clichês. Em determinado momento, afirmou o promotor Josephson: "sempre fui e sou visceralmente contra qualquer forma de ditadura".

NOVA DATA

O Conselho Permanente de Justiça, em sessão secreta, decidiu acolher a preliminar do advogado Evaristo de Moraes, marcando para às 13 horas de segunda-feira a data de julgamento dos dois civis, acusados de atentado contra a segurança nacional.